

A VARIAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: ENTRE ESTABILIDADE E VOLATILIDADE

THE IDEOLOGICAL VARIATION OF BRAZILIAN POLITICAL PARTIES: BETWEEN STABILITY AND VOLATILITY

Ailton Souza¹

UEMS: <https://orcid.org/0000-0002-7424-2243>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n38ID32695

Resumo

Associar a ideologia dos partidos aos espectros ideológicos de esquerda, centro ou direita pode ser considerado algo simples ou uma tarefa mais complexa quando considerarmos o amplo quadro de partidos e possibilidades analíticas de classificação. Inseridos neste contexto, este artigo discute estabilidade e volatilidade das classificações ideológicas, avaliando em que medida a ideologia dos partidos pode ser considerada estática ou volátil quando consideramos uma zona neutra? Em tal abordagem, faz-se o uso de um estudo qualitativo que analisa alguns dos principais estudos classificatórios. Destaca-se neste contexto a existência de definições relativamente “frágeis” ou meramente temporais quando analisadas em longo prazo. E da mobilidade bidirecional de legendas, embora estas não se movimentem até um polo totalmente inverso a sua posição inicial.

Palavras-chave: Ideologia. Identidade. Partido político. Teoria política.

¹ E-mail: ailtonsouza.uems@gmail.com

Abstract

Associating the ideology of Brazilian political parties with the ideological spectrums of the left, center or right can be considered something simple or a more complex task if we consider the broad framework of parties and the existing classification methods. Which gives in some cases identification discrepancies. In this context, this article discusses the stability and volatility of ideological classifications, assessing the extent to which party ideology can be considered static. For such an approach, it makes use of a qualitative study that analyzes some of the main existing classificatory studies, highlighting that some ideological definitions are relatively “fragile” or merely temporary in the long term. In addition, it was observed that there is bidirectional mobility of several subtitles, although they do not move until they reach a completely inverse pole.

Keywords: Ideology. Political identity. Political party. Political theory.

Introdução

A questão ideológica tem sido notoriamente um dos pontos de reflexão recorrente no âmbito dos estudos sobre os partidos políticos brasileiros nos últimos anos. E, diversas abordagens já se debruçaram de modo aprofundado sob tema, buscando tanto analisar os diversos aspectos relacionados à classificação das organizações partidárias (Tarouco, Madeira, 2015; Salles, 2020; Bolognesi, Ribeiro, Codato, 2023), como das relações e correlações entre a identidade ideológica, comportamento e atuação dos partidos no legislativo, governo e nas atividades da política em geral (Arvate, Lucinda, Avelino, 2008; Batista, 2008; Bresser-Pereira, 2006; Linhares *et. al*, 2020).

Entretanto, embora o debate sobre ideologia dos partidos não se resuma apenas a estas linhas analíticas, é possível observar que a variável ideológica tem servido em determinados casos, tanto como elemento diferenciador, como de semelhança dos partidos, especialmente quando se observa seus comportamentos e não exclusivamente sua ideologia (Vieira; Maciel, 2011). No entanto, diante a farta produção existente, nos chamou atenção dois aspectos não excludentes que julgamos

relevantes: Primeiro, que a ordem ideológica dos partidos políticos brasileiros tende a se manter estável com poucas variações ideológicas. Segundo, que a ideologia de candidatos e partidos políticos mudam ao longo do tempo (Power, Zucco, 2009; Rodrigues, 2009; Oliveira, 2015).

Ambas as premissas, embora aparentemente contraditórias, se convergem à primeira vista, em um plano compreensível dos partidos políticos brasileiros, mesmo que sua categorização ideológica se situe em um terreno movediço para definições categóricas imutáveis ou atemporais, sobretudo dado a pluralidade de partidos e os diferentes métodos de classificação existentes, como de autoidentificação, de classificações feitas por especialistas de ciência política e por análises do comportamento dos atores políticos brasileiros. É justamente em torno deste horizonte que propomos neste artigo uma discussão sobre a estabilidade e volatilidade das classificações ideológicas dos partidos políticos brasileiros, tentando explorar em que medida a ideologia conferida aos partidos pode ser considerada mais estática ou volátil, principalmente quando não consideramos como a “zona cinzenta” considerada aqui como posição de “centro” do espectro político. A hipótese teórica e de reflexão que guia esta abordagem situa-se na perspectiva de que embora o panorama ideológico dos partidos brasileiros possa ser de certo modo estático em virtude da reduzida movimentação da escala ideológica em determinados períodos de tempo, que há mudanças relevantes no cenário ideológico dos partidos políticos brasileiros em contextos temporais mais amplos.

No entanto, para testar a presente hipótese e demarcar algumas das movimentações classificatórias da ideologia dos partidos e, conseqüentemente, suas identidades ideológicas, empreendemos uma abordagem explanatória tendo como método a análise de dados secundários derivado de um levantamento sobre algumas das principais classificações realizadas por autores diversos e com diferentes metodologias. Mesmo assim, cabe ilustrar o presente artigo apresenta algumas limitações em virtude de os trabalhos com o foco nas classificações ideológicas serem mais setorializados e das diferentes metodologias adotadas sem uma combinação típica dos *mixed methods*, que poderia em determinados casos reduzir a margem de erro amostral. Estes elementos, embora, não afetem o escopo e os achados desta abordagem, diminuem sua maior perspectiva de generalização, mesmo que isto não tenha sido o foco central do artigo.

Feitas estas breves considerações, visando instigar a reflexão e aprofundar o debate teórico-analítico, organizamos nossa exposição divididas em três partes desconsiderando esta introdução e nossas considerações finais. Assim, na primeira parte deste artigo damos atenção a aspectos teóricos ligados à ideologia e ao sistema partidário brasileiro. Em seguida, enfatizamos algumas das principais formas de análise da questão ideológica adotadas nas principais abordagens sobre o tema em tela. Já na terceira parte, abordamos e refletimos sobre as classificações dos partidos políticos brasileiros nas últimas décadas, tendo como parâmetro algumas das principais pesquisas e contribuições especializadas a respeito do tema. Enfim, apresentamos nossas considerações.

Ideologia e o sistema de partidos brasileiros

O conceito de ideologia é notadamente um termo polissêmico e divide opiniões desde seu surgimento no século XVII. Entretanto, o debate sobre ideologia de modo mais recente ganhou mais fôlego, conforme assegura Batista (2008), a partir dos anos 1980 com o advento da globalização. Entendido de modo geral como um conjunto de crenças, opiniões, valores e visões de mundo acerca de sujeitos e contextos (Reis, 1988; Lynch, 2016), sua conotação política no âmbito dos partidos está relacionada às bandeiras, posições e comportamentos de seus parlamentares. Entretanto, é importante frisar, como argumentou Reis (1988), que há duas formas muito nítidas de compreender ideologia. Uma envolvendo um conjunto difuso de valores, crenças ou ideias refletindo as condições sociais gerais de uma posição de classe, época, nacionalidade em torno de uma visão do mundo. Outra, mais endereçada a uma perspectiva política – que melhor nos interessa nesta abordagem –, que enfatiza uma noção estruturada e coerente de ideias que serve de modo geral como guia de ação política.

Esta segunda percepção nos auxilia a entender a ideologia dos partidos, que no caso brasileiro, é vista em linhas gerais dentro do enfoque que envolve direita, centro e esquerda do espectro ideológico. Todavia, identificar as ideologias dos cerca de 35 partidos e programas partidários registrados no Tribunal Superior Eleitoral - TSE não é tarefa fácil por diferentes motivos. O primeiro deles, devido aos conceitos ou palavras, esquerda, centro ou direita não serem enfatizadas ou defendidas *a priori* nos seus programas partidários. Ou seja, em um breve exame destes documentos não

observamos defesas ou autointitulação por uma ideologia por nenhum dos partidos. Um dos motivos desse cenário está no fato de que os partidos podem mudar seu comportamento e assumir bandeiras ou posturas diferentes às expectativas ideológicas iniciais (Oliveira, 2019). O que pode ser observado em estudos temporais sobre o comportamento dos partidos políticos no legislativo.

Antes de avançar sobre as características mais gerais dos partidos políticos brasileiros é necessário ter uma visão mais clara sobre a noção de partido. A este respeito, embora existam muitas definições é possível compreender atualmente o conceito a partir da concepção de Bolognesi (2021), que entende que os partidos perpassam pelo viés estruturalista e funcionalista oscilando em um *continuum* teórico em torno tanto de grupos de representação de interesses, sob a perspectiva de solucionar problemas de ação coletiva, como visando defender interesses comuns. Outra definição prática deriva Seiler (2000, p. 25), que caracteriza “partido” basicamente como organizações que visam em suma mobilizar indivíduos em uma “ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançar sozinhos, ou em coalizão o exercício das funções de governo”. A presente concepção permite ter uma visão atualmente válida para refletir sobre os partidos políticos.

Entretanto, é importante frisar que a noção de partido vai muito além, visto que os partidos políticos segundo Gunther e Diamond (2003), não surgiram ou evoluíram de forma contínua e unilinear ou convergiram em um único modelo. Os partidos segundo aos autores sofreram neste caso, mudanças nas formas organizacionais, estratégias eleitorais, objetivos programáticos e orientações ideológicas, sendo produtos de múltiplos processos causais até a atualidade.

Todavia, pensando exclusivamente os partidos brasileiros, é possível acrescentar apontamentos como o de Kinzo (2004), que enfatizou entre as características centrais dos partidos políticos, seu campo de atuação, as atividades desenvolvidas e os papéis específicos desempenhados nas arenas do sistema político eleitoral e decisório. A este respeito, ampliando o enfoque, podemos visualizar os partidos políticos como destacou Meneguello (1998), a partir de três acepções: a) o desempenho de suas funções representativas e de articulação de interesses; b) suas funções governativas onde os partidos se sobressaem como os principais agentes dos processos governamentais; e, c) a sua natureza interativa.

Tais apontamentos nos permitem de maneira geral ter uma breve noção sobre os partidos políticos, contudo, resta saber ainda como se define o sistema partidário brasileiro. Os sistemas partidários podem ser definidos conforme aponta Mainwaring e Torcal (2005), como um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas que abrangem algumas diferenciações entre os sistemas e não sistemas. Neste sentido, um sistema de partidos:

deve ter pelo menos dois elementos constitutivos; portanto, precisa ter ao menos dois partidos. Segundo a noção de interações padronizadas sugere que há algumas regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo, mesmo que alguns deles ascendam e outros declinem. Terceiro, a idéia de um sistema implica alguma continuidade nos componentes que o formam. Portanto, “sistema partidário” implica alguma continuidade nos partidos, ou seja, a institucionalização das agremiações (Mainwaring; Torcal, 2005, p. 252).

O sistema partidário brasileiro, no entanto, tem como referência o fim do bipartidarismo representado pela Arena e o MDB no começo dos anos 1980, ganhando destaque especificamente após a Lei 6767 de 1979 (Paiva; Batista; Stabile, 2008). Mas, como enfatizou Braga, Ribeiro e Amaral (2016), este sistema está relacionado ao fim do autoritarismo e ao processo de construção de uma democracia representativa. Antes, no entanto, figurariam como atores centrais partidos como o ex-PMDB, caracterizado pelo atual MDB, e pelo PDS, herdeiro do governo militar, anteriormente caracterizado pela ARENA.

Não obstante, é depois da Emenda Constitucional de 1985, que permitiu maior liberdade partidária, que houve um estímulo à criação dos partidos comunistas e de outros partidos como o Partido Socialista Brasileiro - PSB, entre outras denominações partidárias derivadas do PMDB e PDS. Todavia, são estes dois partidos, que em virtude serem mais estruturados desde a ditadura, que captarão maiores recursos públicos em detrimento a partidos como PDT, PTB e PT. Estes últimos, incluídos no sistema de partidos brasileiro já em 1982.

Em 1995, a institucionalização dos partidos se concretiza, à medida que a promulgação da nova Lei dos Partidos Políticos vai regulamentar os dispositivos constitucionais, marcando uma nova era de estruturação dos partidos (Braga; Ribeiro; Amaral, 2016). Outras características significativas relativas ao sistema de partidos brasileiros estarão relacionadas a alguns aspectos, tais como preponderância de determinados partidos no jogo político eleitoral, forte vinculação e dependência

predominante dos partidos aos recursos estatais. Já em termos de disputa, podemos considerar na arena política das últimas décadas que a competição que a longa data se divide entre partidos como PT, PSDB, DEM, PMDB, que de certa forma e, com algumas exceções, têm se alternado no protagonismo político nas disputas eleitorais.

Alguns enfoques e enquadramentos classificatórios dos partidos

A percepção do espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros pode derivar de diferentes fatores, haja vista, conforme observou Rodrigues (2009), que partidos, sistema partidário, orientações políticas e programas mudam, em especial, quando confrontados. Neste contexto, é possível inferir que o enquadramento ideológico de um partido não é uma tarefa simples, visto que os partidos não podem ser concebidos simplesmente como atores estáticos dentro do jogo político. Partidos, segundo Freidenberg (2016), não são entidades homogêneas e nem atores unitários que se comportam de maneira similar em um território ou nas instituições que participam.

A classificação ideológica dos partidos é aqui uma forma de melhor compreendê-los. E compreender os partidos significa, neste sentido, avaliar e antecipar tendências, delimitando suas contribuições mais pontuais, o que pode operar como um instrumento de análise robusto para melhor entender as organizações partidárias (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

A teoria dos partidos, especificamente a que enquadra e classifica os partidos políticos ideologicamente, é notoriamente ampla e fecunda, acumulando ao longo das últimas décadas inúmeros trabalhos sobre o tema. Em todo o caso, os métodos de classificação são variados e, apontam em algumas análises, classificações distintas, mesmo que em determinados cenários, existam poucas variações classificatórias. Mas como são classificados os partidos no âmbito da ideologia?

Conforme é possível perceber na literatura, há diversos meios para se analisar e classificar a ideologia dos partidos, especialmente dentro da perspectiva direita, centro e esquerda. Entre eles, é possível destacar estudos qualitativos e quantitativos que englobam: a) análises do comportamento de parlamentares no Congresso Nacional, no governo e assembleias legislativas ou ainda baseadas na auto identificação de atores políticos vinculados a partidos políticos (Arvate, Lucinda, Avelino, 2008; Batista, 2008; Power, Zucco, 2009; Oliveira, 2015), b) avaliação

classificatória derivada de especialistas da área da ciência política (Tarouco, Madeira, 2015; Bolognesi, Babireski, Maciel, 2019; Bolognesi, Ribeiro, Codato, 2023), c) exames de programas políticos partidários (Salles, 2020) e ainda, d) estudos voltados a captar a percepção ideológica do eleitorado de modo geral (Oliveira; Turgeon, 2015).

As quatro formas apontadas são alguns dos principais meios de classificação existentes, mas existem outros que buscam de algum modo tecer apontamentos sobre uma definição dos partidos. Mas antes de melhor detalhar estas quatro formas, vale a pena mencionar que as caracterizações em torno das ideologias decorrem de modo geral de associações ou visões e convicções que são notoriamente defendidas pelos partidos políticos sob perspectivas totalmente opostas. Neste contexto, podemos citar posições políticas divergentes quanto à descriminalização ou ilegalidade do aborto, maconha, legalização ou não de pessoas do mesmo sexo; defesa ou não de ações afirmativas, liberalismo ou conservadorismo entre outras pautas que permitem uma classificação da postura do partido, que pode ser mais à esquerda ou à direita do espectro político (Scheeffer, 2018; Oliveira, 2019).

Esta perspectiva permite ter uma visão mais geral do partido político, no entanto, voltando aqui aos tipos de classificação, podemos sucintamente apontar que a primeira forma de análise assinalada acima envolve tanto a análise minuciosa do comportamento parlamentar visando identificar como votam e se comportam de maneira geral, especialmente nas casas legislativas, como na forma em que se identificam ideologicamente (Leoni, 2002; Scheeffer, 2018; Linhares *et. al*, 2020). O segundo meio consiste de modo geral na aplicação de *surveys* as especialistas de política que mensuram a partir de seus conhecimentos uma classificação ideológica (Tarouco, Madeira, 2015; Bolognesi, Ribeiro, Codato, 2023). Além disso, também é possível destacar aqui as formas de análise dos programas partidários e/ou os materiais produzidos por e para os partidos que permitem tecer algum tipo de diferenciação nas classificações (Salles, 2020; Tarouco, Madeira, 2013; Tarouco, 2022). Enfim, temos os *surveys* de análise que buscam captar a percepção ideológica dos eleitores (Oliveira; Turgeon, 2015).

As diferentes formas de classificação, embora robustas, podem em alguma medida apresentar limitações. Contudo, apresentam subsídios consistentes para uma leitura ideológica dos partidos. Há, no entanto, as preferências metodológicas individuais de cada pesquisador e justificativas que movem cada um para uma forma

de abordagem classificatória em torno das dimensões direita e esquerda, que ainda são úteis para a abordagem classificatória.

Estabilidade e mobilidade da ideologia dos partidos brasileiros: alguns cenários

As metodologias de classificação ideológica dos partidos são, como visto, vastas e passíveis de interpretações distintas, podendo suscitar diferentes reflexões. No entanto, cabe analisar se as classificações são estáticas ou de alguma maneira decorrentes de algum comportamento pontual e temporário? Esta questão torna-se fundamental, principalmente quando se busca entender em que medida ou de que forma as diferenças ideológicas dos partidos podem ser mais acertadas, observáveis e cientificamente comprovadas no longo prazo.

As atualizações de âmbito ideológico dos partidos políticos nas democracias contemporâneas assinalam uma maior compreensão destes atores. Especialmente diante ao fato de que há frequentes mudanças nos quadros partidários, devido à entrada e saída de novos partidos e da alternância em postos de poder fruto do contexto político do país (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023). Justamente, mas não exclusivamente em virtude deste cenário temos diversas abordagens. Entre elas, aquelas que analisaram, por exemplo, se o espectro ideológico de um partido pode implicar em diferenças substanciais no âmbito do executivo como do legislativo. Vertente que destaca os principais traços ou atributos baseados no espectro ideológico dos partidos. Sob este cenário, podemos destacar pelo menos dois tipos de análises ou narrativas. Ou seja, as baseadas em evidências que sustentam que os aspectos ideológicos são elementos que demarcam diferenças substanciais nas ações e políticas de governo e, as que de certo modo, não enxergam fatores distintivos entre as ideologias dos partidos, especialmente, entre os classificados no âmbito da direita e esquerda. Ambas as dimensões apresentam narrativas convincentes de viés ideológico e buscam tanto justificar, como neutralizar as diferenças ideológicas dos partidos.

Em relação ao primeiro grupo, podemos destacar a posição de Tarouco e Madeira (2013, p. 149), que aponta que: “As diferenças ideológicas entre partidos continuam sendo utilizadas como variável independente para explicar desde a coerência das coligações partidárias até políticas públicas implementadas pelos governos”. Esta premissa pode se relacionar ao trabalho de Arvate, Lucinda e Avelino (2008), que analisando um governo estadual, identificou no desempenho no âmbito

fiscal diferenças gritantes entre partidos ideologicamente diferentes. Para estes autores, a ideologia de um governo seria voltada a duas possibilidades: a) a da não competição partidária por distinções ideológicas, mas pela sobrevivência política ao se basear em políticas capazes de atrair o eleitorado, e b) responsáveis por uma significativa variação nas políticas públicas e no orçamento, uma vez que a ideologia, neste caso, determinaria atenção privilegiada a determinados setores sociais que representariam o eleitorado do partido. Em torno desta perspectiva:

Os partidos de esquerda, dando voz a grupos mais pobres, tenderiam a favorecer um Estado maior e mais ativo, regulando os mercados e usando os gastos públicos para restringir as desigualdades originadas pelo funcionamento de uma economia de mercado. Nesta linha de abordagem os governos de direita favoreceriam um Estado menor e menos ativo, preocupado apenas em manter a estabilidade econômica e interferir o mínimo possível no livre curso da economia de mercado (Arvate; Lucinda; Avelino, 2008, p. 791).

Ainda nesta direção, Batista (2008) ao fazer uso de um teste econométrico afirmou no âmbito ideológico que governos de esquerda investem mais em políticas sociais que governos de direita, o que denotaria uma clara diferenciação de partidos que se situam em polos ideológicos opostos.

Todavia, seguindo em linha oposta, outros teóricos têm enfatizado ao adotar a variável ideológica que não haveria evidências seguras de uma diferenciação, apenas sob critérios ideológicos. O que remeteria de certo modo a ideia do fim das diferenças ideológicas sobre os partidos. Exatamente nesta direção, poderíamos mencionar o trabalho de Bresser-Pereira (2006), que destacou no âmbito da economia brasileira, que não haveria diferenças relevantes no espectro ideológico quando se compara governos com ideologias diferentes no âmbito da economia. Em sua breve análise, haveria um paradoxo da esquerda, à medida que a mesma embora vença eleições no Brasil com projeto econômico de esquerda, acaba por governar com projeto que é característico de governos de direita.

Esta percepção empírica pode ser relacionada ao trabalho de Tavits e Letki (2009), que ao examinar a partir de um estudo de caso mais amplo com países pós-comunistas da Europa entre 2004 e 2009, apontou que partidos de esquerda no governo seriam provavelmente os mais dispostos a perseguir políticas de direita no âmbito da responsabilidade fiscal e de reforma econômica do que os próprios partidos de direita.

As presentes constatações permitem de modo geral ter um cenário de que o comportamento ideológico dos partidos pode ser pouco coerente com as ideologias já demarcadas. Além disso, as abordagens comparativas vêm detectando poucas diferenças entre os partidos, mas em alguns casos, comportamentos distintos e bem definidos. Face a este cenário vale a pena recorrer às classificações e apontamentos para brevemente testar a hipótese que propomos no início deste artigo. Partimos assim, de um balanço mais geral destas definições baseadas tanto no comportamento, autodefinição ou mesmo na atribuição especializada. Seguindo esta diretriz é possível observar o seguinte cenário classificatório entre os anos 1990-2020:

Tabela 1 - Classificação geral dos partidos políticos brasileiros

Autor/autores:	Anos	Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de direita
Carreirão (2006):	1990	PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN.	<u>PMDB</u> e <u>PSDB</u> .	PP, PPB, PPR, PDS, DEM, PRN, PDC, PL, PTB, PSC, PSP, PRP, PSL, PSD e PRONA.
Power e Zucco (2009):	2000	PCdoB, PT, PSB PDT, PPS	<u>PMDB</u> e <u>PSDB</u>	PL, PTB, PFL, PP e PPB
Maciel, Alarcon e Gimenes (2017):	2010	PSOL, PCdoB, PT, PSB	PDT, PCB-PPS, MDB	<u>PSDB</u> . PTB, PSC, PP, DEM
Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023):	2020	PSTU, PCO, PCB, PSOL, PCdoB, PT.	PDT, PSB, REDE, PPS, PV, PTB, AVANTE, SDD, PMN, PMB, PHS.	<u>PSDB</u> , <u>PMDB</u> , PSD, PODEMOS, PPL, PRTB, PRÓS, PRB, PL, PPC, PSL, DC, PROGRESSISTAS, DEM, PSC, PATRIOTA.

Fonte: Autores citados. Elaboração própria.

A tabela - 1 mostra algumas das classificações considerando um período médio de 10 anos. Entre as principais mudanças podemos destacar aqui uma mudança do PDT que passa da esquerda para o centro entre as décadas de 1990-2000 para o centro e também do PSDB que se movimentou de uma posição de centro para direita entre 2010-2020. Entre os partidos mais populares podemos destacar ainda a permanência do PT sempre a aparecendo à esquerda. E, por último, vemos o PMDB, atualmente MDB, passando do centro para direita em 2020. Estreitando ainda mais o período temporal e neutralizando a “zona cinzenta” relacionada ao centro e ainda considerando apenas seis dos partidos mais populares, aqui considerados: MDB, PT, PSDB, PDT, PDT e DEM e, adotando como referência apenas a escala de gradação média entre 1-10, onde 1 está mais à esquerda e 10 mais à direita fizemos uma nova

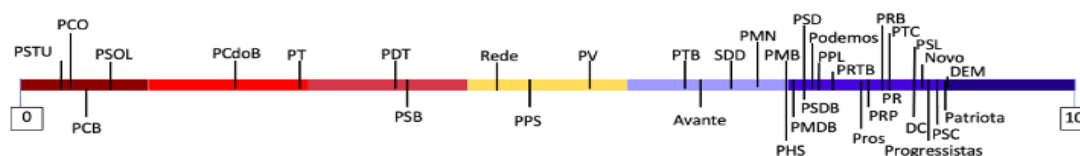
classificação. Ou seja, desconsideramos aqui a “zona cinzenta” caracterizada pela posição de centro do espectro político. Dessa forma, as classificações com a pontuação até a metade foram consideradas de esquerda e quando superior, à direita. As referências utilizadas são dos trabalhos de: Power e Zucco (2009), Tarouco e Madeira (2015) e Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). A partir deles temos o seguinte cenário:

Tabela 2 - Ideologia no âmbito temporal

Autores	Power e Zucco (2009)	Power e Zucco (2009)	Power e Zucco (2009)	Power e Zucco (2009)	Touroco e Madeira (2015)	Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)
Partido/Anos	1990/5	1996/0	2001/5	2006/0	2011/5	2015/0
MDB	▶	▶	▶	▶	▶	▶
PT	▲	▲	▲	▲	▲	▲
PSDB	▲	▲	▶	▶	▶	▶
PDT	▲	▲	▲	▲	▲	▲
PTB	▶	▶	▶	▶	▶	▶
DEM	▶	▶	▶	▶	▶	▶
Obs:	Direita: ▶ Esquerda: ▲					

Fonte: Autores citados. Elaboração própria.

A presente tabela é mais objetiva e guarda uma relação com a tabela anterior, mas aqui nos concentramos em apenas alguns partidos e sua movimentação. Não há dúvidas ao observar a tabela da existência de partidos mais estáticos em um único polo ideológico, como é o caso do MDB, PT, PDT e DEM. E, apenas com o PSDB alternando posições. Desta forma, face à baixa movimentação apresentada incorre-se em generalizações que podem em muitos casos não ser fidedigna a realidade manifesta de um partido. A este respeito podemos evidenciar como uma das mais recentes classificações a contribuição do Observatório das Eleições, que em 2020 apresentou uma classificação a qual mostramos abaixo:

Figura 1 - Posição ideológica dos partidos**Posição ideológica dos partidos políticos brasileiros****Legenda**

- extrema esquerda
- esquerda
- centro esquerda
- centro
- centro direita
- direita
- extrema direita

Fonte: Bolognesi, Ribeiro e Codato - Observatório das Eleições (202).

A figura acima mostra que a configuração ideológica dos partidos, considerando as análises anteriores, apresenta significativa mudança mesmo sem fazer comparações mais aprofundadas, considerando os conteúdos programáticos ou comportamento e atitudes de parlamentares e partidos. Ou seja, os partidos podem ter uma classificação ideológica mais estática em um plano temporal mais amplo, mas também apresentar alguma mobilidade. Todavia, neste breve panorama considerando as tabelas 1 e 2 e a figura acima, nos permite refletir sobre alguns aspectos sobre a classificação destes partidos. O primeiro deles, que pode haver mudanças interpretativas internas aos atores do partido e externa aos partidos a partir de analistas e da própria sociedade. Ademais, talvez aqui o caso mais emblemático seja a do PMN que era classificado como um partido de centro direita e na atualidade situa-se como observado na figura 1, como um partido de centro direita.

Em menor grau, outro aspecto se relaciona ao PDT, que parte de uma posição de esquerda para a centro-esquerda, enquanto o MDB e PSDB passam do centro para o centro-direita. Essas, no entanto, são apenas algumas das percepções que mostram a mudança nas classificações ideológicas ao longo do tempo. Tal perspectiva adicionada às mudanças de partidos entre os parlamentares brasileiros dificulta apontar um perfil ideológico completamente estático ou altamente volátil.

Estritamente avaliando as percepções de atores quanto a uma visão classificatória podemos destacar as abordagens de autores como Power e Zucco (2009), que avaliaram esta percepção a partir de membros do Congresso Nacional.

Suas abordagens expressaram o esforço de classificação da sociedade política a partir de um viés meramente ideológico. Neste sentido, podemos ver na tabela abaixo uma classificação de localização ideológica de partidos de esquerda para direita entre os anos de 1990-2009:

Tabela 3 - Partidos de esquerda para direita entre 1990-2009

1990	PC do B	PT	PCB	PSB	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PL	PDC PRN	PFL	PDS
1993	PC do B	PT PSTU	PSB	PPS	PDT	PSDB	PMDB	PP	PTB	PL PFL	PPR	PRN
1997	PC do B	PT	PSB	PPS	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PFL	PPB	
2001	PC do B	PT	PSB	PDT	PPS	PMDB PSDB	PL PTB	PFL	PPB			
2005	PC do B	PSB PT	PPS	PDT	PMDB PSDB	PTB PL	PFL PP					
2009	PSOL	PC do B	PSB PT	PDT	PV	PPS	PMDB PSDB	PTB	PR	PP	DEM	

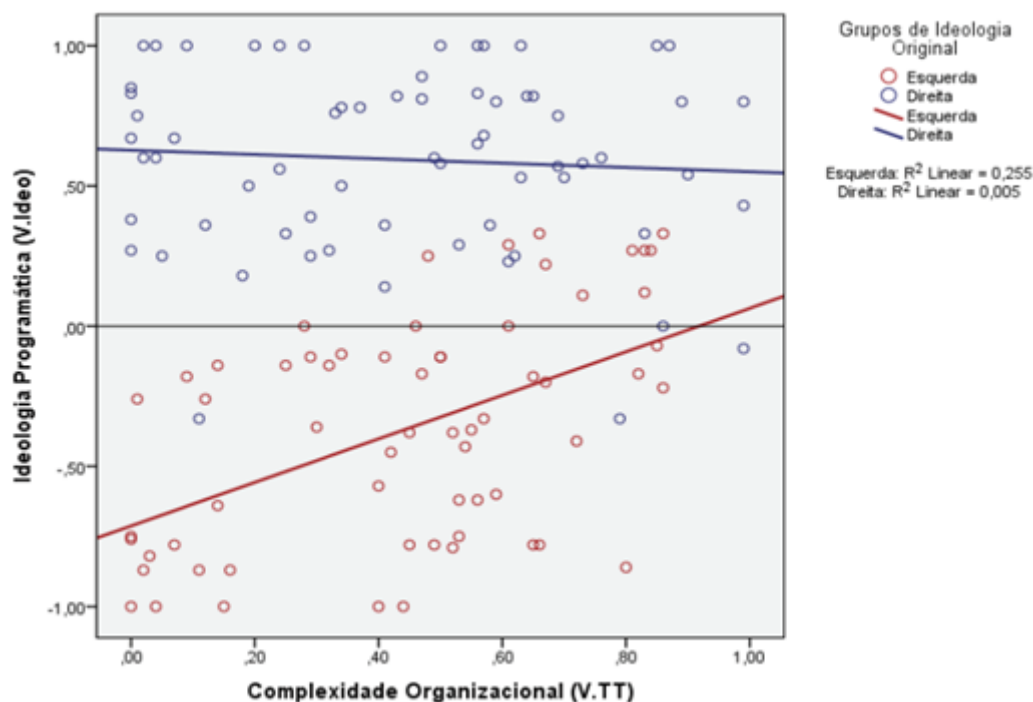
Fonte: Power e Zucco, 2009, p. 5.

Na abordagem acima, conforme denotam os autores, o PSOL aparece mais à esquerda enquanto o DEM aparece mais à direita do espectro político. Além disso, há um movimento do PSDB e PPS, que se movem ao longo dos anos mais à direita. Todos estes pequenos movimentos ideológicos se relacionam em linhas gerais as sensíveis, mas inegáveis, mudanças. Porém, se analisarmos por um prisma mais abrangente podemos verificar aspectos mais amplos em nível de América Latina. Sob esta perspectiva temos o trabalho de Oliveira (2019, p. 38), que busca testar a tese de Michels que sublinha que os partidos “quando se tornam organizacionalmente mais complexos – maiores e mais velhos –, abandonam sua ideologia inicial em favor de uma mais moderada”. Ou posto de outro modo, o que se esperaria dos partidos, tanto de esquerda, como de direita, que com maior complexidade tentam ter programas de governo nas eleições presidenciais mais moderados, dentro de um processo de desideologização.

Neste contexto, haveria moderação quando se constata que os programas de governo que equilibram proposições de esquerda e direita, e certo radicalismo quando estão mais próximos de 1 e -1. Assim, tendo como amostra 127 programa de governo presidencial, o autor analisou a dispersão entre o eixo de complexidade organizacional do partido do candidato e o eixo de posicionamento ideológico esquerda/direita dos respectivos programas. Dentro desta perspectiva temos na abordagem de Oliveira

(2019) um balanço interessante em torno da dispersão de programas de governos presidenciais, segundo grupo ideológico, partido de candidato, complexidade organizacional e ideologia programática da qual temos o seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Dispersão dos programas de governo na América Latina 1998-2015



Fonte: Oliveira, 2019, p. 17.

O gráfico acima mostra primeiramente que os partidos originalmente de direita e de esquerda apresentam tendências diferentes e, além disso, que o conjunto de agremiações originalmente de esquerda mostra-se aderente à hipótese de Michels. Em linhas gerais, o presente estudo mostra que os partidos de esquerda com maior complexidade organizacional tendem a apresentar programas de governo mais conservadores. Contudo, não mostram de modo aprofundado elementos de um total processo de desideologização.

A partir destas breves contextualizações temos alguns elementos para melhor refletir sobre a ideologia dos partidos brasileiros. Embora o debate em torno dos partidos políticos seja amplo e controverso na teoria política, a questão ideológica ainda é uma variável analítica significativa para diversas discussões e abordagens (Bresser-Pereira, 2006; Carreirão, 2006; Rodrigues, 2009; Tarouco, Madeira, 2013). Em todo caso, algumas abordagens são pouco tímidas e pouco efetivas no sentido a

afirmar as diferenças categóricas entre os partidos com base na diferenciação ideológica entre partidos de direita ou esquerda, tal qual o esforço de Oliveira (2019).

Não obstante, indiferente à questão ideológica, vários outros trabalhos existem, porém, o olhar neste artigo se concentra naqueles que problematizam ou vinculam com maior ênfase a identificação ideológica entre os partidos. Entretanto, conforme destacou Tarouco e Madeira (2013), as diferenças ideológicas entre partidos continuam sendo uma variável importante para explicar desde a coerência das coligações até políticas públicas de governo.

Especificamente no âmbito da economia, fazendo uma breve alusão ao espectro ideológico, Bresser-Pereira (2006) não encontrou diferenças ao analisar comparativamente a direção econômica de dois governos ideologicamente diferentes no Brasil. Em sua análise esta característica estabeleceria um paradoxo da esquerda, à medida que a esquerda venceria as eleições no Brasil com um projeto econômico de esquerda, mas de fato governaria com projeto característico a governos de direita. Esta abordagem coaduna com o trabalho de Tavits e Letki (2009), que ao examinar a partir de um estudo de caso com países pós-comunistas da Europa entre 2004-2009 apontou que partidos de esquerda no governo seriam provavelmente os mais dispostos a perseguir políticas de direita no âmbito da responsabilidade fiscal e de reforma econômica do que os próprios partidos de direita.

Porém, situado em um polo oposto, podemos destacar o trabalho de Arvate, Lucinda e Avelino (2008), que enfatizou que pelo menos no âmbito de desempenho nas políticas governistas no âmbito fiscal há diferenças gritantes entre partidos ideologicamente diferentes. Neste caso, a ideologia no âmbito do governo seria segundo o autor, voltada a duas possibilidades: a) a da não competição partidária por distinções ideológicas, mas pela sobrevivência política ao se basear em políticas capazes de atrair o eleitorado, e b) enquanto responsáveis por uma significativa variação nas políticas públicas e no orçamento, uma vez que a ideologia, neste caso, determinaria atenção privilegiada a determinados setores sociais que representariam o eleitorado do partido. Nesta perspectiva conforme ressalta o autor:

Os partidos de esquerda, dando voz a grupos mais pobres, tenderiam a favorecer um Estado maior e mais ativo, regulando os mercados e usando os gastos públicos para restringir as desigualdades originadas pelo funcionamento de uma economia de mercado. Nesta linha de abordagem se os governos de direita favoreceriam um Estado menor e menos ativo, preocupado apenas em manter a estabilidade econômica e

interferir o mínimo possível no livre curso da economia de mercado (Arvate *et al.*, 2008, p. 791).

Os presentes apontamentos mesmos que reduzidos permitem inferir que a questão ideológica também pode ser significativa no plano dos resultados. Embora, o número de pesquisas sobre este recorte ainda seja baixo. Contudo, um dos campos que podem apresentar maiores evidências se relaciona às abordagens que envolvem a questão orçamentária, em especial nas políticas públicas. Em relação a esta última, Batista (2008), que ao fazer uso de um teste econométrico afirmou no âmbito ideológico que governos de esquerda investem mais em políticas sociais que governos de direita, o que denotaria uma clara diferenciação de partidos que se situam em polos ideológicos opostos. A correlação entre ideologia e política pública apresenta-se neste cenário como mais um campo fecundo de análise comparativa no âmbito das ideologias visto a necessidade de abordagens empíricas mais aprofundadas e sofisticadas sobre esta questão.

Considerações finais

A classificação da ideologia dos partidos políticos brasileiros mostra-se como um terreno fértil a pesquisas mais aprofundadas. Embora do ponto de vista popular, a questão pareça ganhar mais visibilidade em períodos eleitorais, a questão exige maior esforço de análise e reflexão. Inclusive com abordagens científicas já consolidadas como de estudos de autoposição por parlamentares, análises de especialistas, análises do conteúdo programático ou mesmo de *surveys* de percepção popular. Neste contexto, se considerarmos como observaram Oliveira e Turgeon (2015) que grande parte do eleitorado brasileiro não entende os significados de esquerda e direita, estando basicamente distanciados de autoposicionamento ideológico, vemos que o terreno também pode ser complexo mesmo para especialistas.

Entretanto, em linhas gerais, embora os dados debatidos ainda sejam tímidos, são suficientes para confirmar, em primeiro lugar, que os partidos brasileiros não são tão estáticos como se imagina, especialmente quando se exclui a linha cinzenta ou intermediária do centro. Portanto, muitas interpretações podem ser equivocadas se a classificação é estabelecida em um plano temporal curto. Ademais, as mudanças quando ocorrem seguem em sentido bidirecional, indo de um determinado ponto a outro do espectro ideológico e sem se estabelecer em um polo totalmente oposto ao

seu ponto original de partida.

Em todo caso, uma baixa movimentação dentro da escala ou espectro político não pode ser caracterizado como algo imutável, mas sim, considerada volátil dentro de uma determinada linha temporal. Neste caso, a hipótese que nos guiou pode ser considerada parcialmente aceita, no sentido que confirma através das abordagens teóricas analisadas possui em linhas gerais uma reduzida movimentação ideológica. Entretanto, não permite inferir que estas são de “baixa relevância” no cenário ideológico dos partidos políticos brasileiros. A hipótese mostra que em uma combinação mais ampla a relevância classificatória é maior e sugere uma completa diferenciação quando se desconsidera as linhas imaginárias intermediárias como de centro, centro direita e centro esquerda. Ou seja, em uma tipificação apenas entre direita e esquerda há mudanças significativas na classificação existente, sendo assim, de alta relevância analítica.

Esperamos assim, a partir desta abordagem, incitar novos estudos que permitam avançar na análise da ideologia dos partidos em perspectiva comparada, sobretudo, no âmbito das políticas públicas e de resultados. Isto em virtude da constatada oscilação das classificações ideológicas dos partidos brasileiros. Além disso, a existência de definições isoladas e, apenas derivadas de um único método de classificação pode ser de certo modo limitado temporalmente. E, haja vista que atores da política mudam seu comportamento em virtude de interesses e das “regras do jogo”, é de se esperar que isso também ocorra no âmbito ideológico.

Referências

- ARVATE, Paulo R.; LUCINDA, Claudio R.; AVELINO, George. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros?. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 4, p. 789-814, out. 2008.
- BATISTA, Cristiane. Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999. **Dados**, vol. 51, n. 3, p. 647-686, 2008.
- BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, 2021, p. 1-32.
- BOLOGNESI, Bruno; BABIRESKI, Flavia R; MACIEL, Ana P. Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 86-116, 2019.

- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v.66, n. 2, p. 1-29, 2023.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A.; CODATO, Adriano. Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. **Observatório das Eleições**, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>. Acesso em 05 dez. 2021.
- BRAGA, Maria S.; RIBEIRO, Pedro F; AMARAL, Oswaldo. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). In: FREIDENBERG, Flavia (ORG). **Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015**. Cono Sur y Países Andinos, Tomo 2. Ciudad de Mexico. UNAM, 2016, p. 69-134.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, março, 2006, p. 25-45.
- CARREIRÃO, Yan S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre as coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.
- FREIDENBERG, Flavia. Los sistemas de partidos en América Latina: dimensiones de análisis y aproximaciones empírico-comparadas. In: FREIDENBERG, Flavia (ORG). **Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015**. Cono Sur y Países Andinos, Tomo 2. Ciudad de Mexico. UNAM, 2016, p. 3-26.
- GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of political parties: a new tipology. **Party Politics**, v. 9, n. 2, 2003, p. 167-199.
- KINZO, Maria D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 2004, v.19, n. 54, 2004, p. 23-40.
- LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.
- LINHARES, Bianca de Freitas; MENDONÇA, Daniel de; SANTOS, Carolina Costa dos; SILVA, Lucas Garcia da; PUYO, Simone Muniz. O comportamento ideológico do PMDB na Câmara dos Deputados em 2013. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 2, 2020, p. 180-216.
- LYNCH, Christian E. Pensamento político brasileiro: conceito, história e estado da arte. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria S. **A Ciência política no Brasil: 1960-2015 (Orgs.)**, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v.11, n.2, 2005, p. 249 - 286.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998.
- OLIVEIRA. Augusto N. Organização e ideologia nos partidos da América Latina: uma aproximação da hipótese de Michels. **Dados**, Rio de Janeiro, v.62, 2019, p. 1-38.
- OLIVEIRA. Augusto N. A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais. **Ind. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, 2015, p. 83-98.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 3, dezembro, 2015, p. 574-600.
- PAIVA, Denise F; BATISTA, Carlos M; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião**

Pública, Campinas, vol. 14, n. 2, 2008, p.432-453

POWER, Timothy; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of brazilian legislative parties 1990-2005. **Latin American Research Review**, n.1 v, 44, 2009.

REIS, Fábio W. Identidade, política e a teoria da escolha racional. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.3 n.6, fev. 1988.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos, ideologia e composição social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SALLES, Nara. Ideologia e partidos no Brasil: reflexão e prática a partir dos programas de governo. **Revista Política Hoje**, v. 29, n.1, 2020, p. 253-338.

SCHEEFFER, Fernando. Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos deputados. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 2, 2018, p. 167-188.

SEILER, Daniel L. **Os partidos políticos**. Editora Universidade de Brasília, 2000.

TAVITS, Margit; LETKI, Natalia. When Left Is Right: Party Ideology and Policy in Post-Communist Europe. **The American Political Science Review**, v 103, n. 4 Nov/2009, p. 555-569.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, n. 5, v. 1, p. 54-76, 2023.

TAROUCO, Gabriela. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, n.36 v.106, p. 134-145, 2022.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2015, p. 24-39.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

VIEIRA, Soraia M.; MACIEL, Natalia. Os partidos brasileiros são todos iguais? A análise das diferenças entre os partidos segundo documentos políticos. **35° Encontro Anual da ANPOCS, GT 25 - Partidos e Sistemas Partidários**, Caxambu, 2011.

Recebido: 25 mai 2023

Aceito: 24 dez 2023